

**TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: REFLEXÕES
SOBRE O ACESSO E A PERMANÊNCIA**

TRANSVESTITES AND TRANSSEXUALS IN PUBLIC UNIVERSITIES: REFLECTIONS
ON ACCESS AND PERMANENCE

TRAVESTIS Y TRANSGÉNERO EN UNIVERSIDADES PÚBLICAS: REFLEXIONES
ACERCA DEL ACCESO Y LA PERMANENCIA

Isis Valentina Inácio Borges¹ 0000-0002-9411-8055

José Lucas Pedreira Bueno² 0000-0002-8151-0912

¹Rede Pública Estadual de Educação - Sacramento, Minas Gerais, Brasil;
d201220082@uftm.edu.br

²Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Uberaba, Minas Gerais, Brasil;
lucas.bueno@uftm.edu.br

RESUMO:

Este estudo problematiza e discute o acesso e a permanência do público travesti e transexual ao Ensino Superior. A partir de uma pesquisa bibliográfica, são realizadas reflexões por uma perspectiva decolonial acerca das dificuldades e exclusões enfrentadas por essa população, bem como, a necessidade contra hegemônica de implementação de ações afirmativas por políticas públicas para a democratização do direito humano e social da educação, negados a essa população pela modernidade-colonialidade. No país que mais exclui e mata travestis e transexuais no mundo, conferimos que há um abismo cultural, econômico e social entre esses grupos e o Ensino Superior, de forma que é urgente que o Estado Brasileiro garanta o acesso e a permanência dessa população marginalizada na Universidade Pública.

Palavras-chave: acesso e permanência; universidade pública; educação intercultural crítica e decolonial; direitos humanos; travestis e transexuais.

ABSTRACT:

This study problematizes and discusses the access and permanence of the transvestite and transsexual public to Higher Education. From bibliographical research, it is made reflections from a decolonial perspective about the difficulties and exclusions faced by this population, as well as the counter-hegemonic need to implement affirmative actions through public policies for the democratization of the human and social right to education, denied to this population by modernity-coloniality. In the country that most excludes and kills transvestites and transsexuals in the world, we can see that there is a cultural, economic, and social abyss between these groups and Higher Education, so it is urgent that the Brazilian State guarantees access and permanence of this marginalized population in Public Universities.

Keywords: access and permanence; public university; critical and decolonial intercultural education; human rights; transvestites and transsexuals.

RESUMEN:

Este estudio problematiza y discute el acceso y la permanencia del público travesti y transexual en la Universidad. A partir de esta investigación bibliográfica, se realizan reflexiones desde una perspectiva decolonial sobre las dificultades y exclusiones que enfrenta esta población, así como la necesidad contrahegemónica de implementar acciones afirmativas mediante políticas públicas para la democratización del derecho humano y social a la educación, negada a esta

población por la modernidad-colonialidad. En el país que más excluye y mata a travestis y transexuales del mundo, hay un abismo cultural, económico y social entre estos grupos y la Educación Superior, por lo que es urgente que el Estado brasileño asegure el acceso y la permanencia de esta población marginada en la universidad pública.

Palabras Clave: acceso y permanencia; universidad pública; educación intercultural crítica y decolonial; derechos humanos; travestis y transexuales.

Introdução

A sociedade brasileira vive um tempo de calamidade social e civilizatória, a partir de uma sequência de crise - a ruptura institucional do processo democrático, em 2016, a ascensão da extrema direita ao governo federal, em 2018, e a pandemia do vírus COVID-19, em 2020, quando culminaram escândalos de corrupção e atraso em torno da compra de vacinas pelos órgãos federais, com a falta de oxigênio nos hospitais para tratamento dos enfermos, enquanto o chefe do poder Executivo satirizava os mortos por falta de ar e passeava de jet-ski e motocicleta em eventos públicos, fazendo aglomerações e incentivando o descontrole social das medidas sanitárias.

Neste mote a sociedade brasileira sofreu a falta de implementação de políticas públicas de saúde pela administração do Estado brasileiro, que prorrogou ainda mais o período de distanciamento social e o uso de máscaras, para ao longo de mais de dois anos em diversas partes do país, levando uma população que corresponde a aproximadamente 3% da população mundial contabilizar cerca de 13% de mortes de COVID-19 do planeta. “[...] o Brasil tem 2,7% da população mundial e concentra quase 13% das mortes no mundo. Nessa quinta-feira (23), 33% das mortes mundiais por COVID-19 aconteceram no Brasil” (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Além disso, vivenciamos tempos de forte polarização política e perda de direitos sociais adquiridos historicamente. De acordo com Candau (2020, p.679), “Vivenciamos um período político conturbado e de forte retrocesso em políticas sociais e culturais, marcado por perspectivas conservadoras e reacionárias”.

No momento em que preparamos este trabalho para publicação, estamos com o processo eleitoral de 2022 em andamento e o Brasil já visualiza um futuro de grandes desafios, com a ampliação da influência política de forças reacionárias de extrema-direita nas casas legislativas dos Estados e no Congresso Nacional.

O atual momento histórico está sendo marcado pelo retrocesso reacionário/conservador no âmbito político e social, que atingiu fortemente o campo educacional. Mesmo com os

avanços democráticos das políticas públicas induzidas pelo Partido dos Trabalhadores, entre 2003 e 2013, forças políticas realizaram retrocessos com o arbítrio da neutralidade no currículo escolar e com a manipulação da opinião pública com campanhas de desinformação, para a implantação sem sucesso do famigerado Projeto Escola Sem Partido, fundamentado na perspectiva positivista e tecnicista da educação. No entanto, as marcas ideológicas das ofensivas reacionárias deixaram fraturas expostas na educação, na família e na vida social e política.

Além disso, na esteira do golpe de estado de 2016 foram aprovadas apressadamente a Base Nacional Comum Curricular e a Antirreforma do Ensino Médio, entre outras. Tal onda de movimentos reacionários sobre o campo educacional gerou um ambiente de ódio, preconceito sobre os professores e alarmismo social sobre a escola pública, que forçou uma “camuflagem” para as especificidades dos sujeitos diversos de gênero, levando-os para o limbo das questões atinentes às relações e estudos de gênero, sexualidade, raça, geração, acentuando principalmente a discriminação LGBTQUIA+, incentivando a denúncia caluniosa de professores e professoras que abordassem tais questões em sala de aula (CANDAU, 2020).

É imprescindível destacar que o acesso universal à educação é um direito humano resguardado e garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96, que afirmam as condições de acesso e permanência igualitários e com amplitude democrática nas escolas brasileiras (SANTOS; FREITAS, 2014). Mesmo assim, alguns estratos da população brasileira ainda não foram contemplados com esse direito na Educação Básica, devido à própria velocidade da implantação efetiva de políticas públicas, em obediência ao ordenamento jurídico e aos retrocessos sociais e civilizatórios dos últimos anos. E, mesmo com todo avanço da inclusão social no Ensino Superior, após séculos de abandono social, ainda não conseguiu garantir plenamente uma política de Estado, para que as instituições públicas de Ensino Superior alcançassem as condições de acesso e permanência dos grupos minoritários de nossa sociedade.

Assim, traçamos a pertinência das discussões deste estudo em um momento histórico, no qual devemos reforçar a defesa das oportunidades educacionais com acesso pluralizado, justo e democrático, frente ao avanço político reacionário da extrema direita em nosso país.

Neste sentido de enfrentamento aos grupos políticos a serviço da elite econômica, a perspectiva decolonial dos problemas sociais, assim como a educação intercultural crítica, prossegue no debate científico do Continente Sul Americano, com conceitos que tendem a se aproximar e a se relacionar, com vistas ao reconhecimento multicultural e o questionamento das disputas de poder, que têm como consequência a subalternização na tecelagem social,

construídas historicamente, a partir de distintos grupos de gênero, sexualidade, religião, geração, raça, religião, etc. O esforço na realização de estudos decoloniais e multiculturais têm compreendido as reais diferenças sociais e escolares subjugadas para, partir de sua conscientização coletiva, alcançar o interesse público, na direção de construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim, é necessário afastar e desconstruir o pensamento hegemônico, racista e conservador, que historicamente caracterizou determinados grupos como não humanos ou menos humanos, para instituímos relações sociais e escolares democráticas e igualitárias (CANDAU, 2020).

A relação entre questões relativas à justiça, redistribuição, superação das desigualdades e democratização de oportunidades e as referidas ao reconhecimento de diferentes grupos culturais, se faz cada vez mais estreita. Nesse sentido, a problemática dos direitos humanos, muitas vezes entendidos como direitos exclusivamente individuais e fundamentalmente civis e políticos, amplia-se e, cada vez mais, afirma-se a importância dos direitos coletivos, culturais e ambientais (CANDAU, 2008, p.46).

Do mesmo modo, a questão da equidade e democratização de direitos, a partir do reconhecimento das diferenças e marcas culturais, que os corpos carregam e habitam está de acordo com a perspectiva de uma possível mudança cultural, para colocar fim às desigualdades, principalmente, às relacionadas à coletividade dos direitos básicos do sujeito humano, com vistas à multiculturalidade.

Mudanças culturais podem ocorrer a partir do distanciamento da cultura hegemônica ocidental, branca, eurocentrada e capitalista, a qual se insere numa hierarquização dos sujeitos e define lugares para corpos dissidentes de gênero, raça, sexualidade e religião das tradições dos colonizadores. Para isso, faz-se mister haver uma aproximação do movimento em respeito à universalização da dignidade humana, da justiça, da liberdade e da democracia, independentemente das diferenças e tradições culturais dos sujeitos em disputas históricas imperadas pelos colonizadores e exploradores.

Da mesma forma, há a necessidade do compartilhamento e estudo dos ideais de direitos para todos, pois precisamos refletir a extensão dos direitos e mais possibilidades de afirmação às pessoas dissidentes de gênero, como no enfoque neste trabalho.

Assim, o Estado e a sociedade deveriam levar em consideração que o Brasil lidera o ranking dos 74 países que mais matam travestis e transexuais no mundo; que cerca de 90% das mulheres travestis estão na prostituição e longe de trabalhos formais e que a expectativa média

de vida de uma mulher travesti é de 35 anos, quase metade da expectativa de vida da população geral (BENEVIDES, 2021). Neste contexto, pensamos que uma sociedade que se cega ou ignora a situação de calamidade desses seres humanos, justifica a necessidade de estudos (como este) e de políticas públicas para discutirem e atenderem às necessidades de políticas públicas para o acesso e permanência no processo de escolarização formal das pessoas transexuais e travestis no Brasil, como uma medida para levar perspectivas de mobilidade social a essas populações e avançar a civilização da sociedade brasileira.

De acordo com ARAÚJO (2021):

De 2015 pra cá, de 2014 pra cá, a gente conseguiu muita coisa em relação a nome social, em relação a pessoas trans dentro das Universidades Públicas e Federais do Brasil. E... ainda é pouco... obviamente porque o que nós conseguimos foi sempre tendo que justificar muita coisa, porque embora todo mundo veja com seus próprios olhos que travestis e pessoas trans estão em um não lugar dentro da sociedade. Quando a gente vai falar sobre medidas de reparação, né?! Medidas de integração as pessoas falam: Opa, mas todo mundo... Aí levanta aquele chavão 'todo mundo é igual' e todo mundo tem as mesmas condições de chegar nos mesmos lugares, se as pessoas batalharem. A minha entrada na Universidade, para além de uma questão simbólica, né?! Travestis e pessoas trans entrando na Universidade, que é muito importante, pra mim significa subsídio, mesmo assim... significa ter perspectiva. E perspectiva no caso de pessoas trans e travestis no Brasil ainda nos é muito caro, né?! (ARAÚJO, 2021, on-line).

Há muito o que avançar, inclusive conceitualmente. Araújo (2019), assim como Candau (2008, 2012, 2020), chamam-nos a atenção para que seja criticada a expressão: “somos todos iguais”, porque como derivação da cultura ocidental capitalista, as pessoas são divididas em categorias, que devemos considerar as questões emergidas das diferenças culturais e, dentro disso, necessitamos estabelecer meios políticos, sociais e econômicos para promovermos a equidade na universalização dos direitos humanos para as categorias sociais dissidentes dos padrões arbitrados, que são marginalizadas na sociedade ocidental capitalista. E, mesmo tendo havido nas duas primeiras décadas do século XXI algumas conquistas de políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro, como ações para a inclusão social do público transexual, a segunda década concluiu com amplo retrocesso social, devido às pautas morais e de costumes defendidas pela extrema direita, que ampliou seu poder político e social. Assim, entre avanços e retrocessos sociais, os dados ainda são negativos para os sujeitos dissidentes de gênero e é necessário ressignificar o papel social desses sujeitos. Portanto, ainda há temas a serem discutidos, analisados e avançados e alguns serão abordadas neste estudo.

Este trabalho avança com duas seções, a seguir, compreendendo o tópico: “A dinâmica da pesquisa”, na qual abordamos a metodologia adotada para o estudo. E a parte intitulada:

“Acesso e permanência de travestis e transexuais na Universidade Pública - um passo para a educação intercultural crítica e decolonial”, na qual apresentamos discussões e resultados.

A dinâmica da pesquisa

Nosso estudo foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa do problema, com coleta e construção de dados por meio de pesquisa bibliográfica. Foram consultadas estatísticas, entrevistas com pessoas que se declaram travestis e transexuais, bem como referenciais teóricos da área de Educação, Direitos Humanos, Educação Intercultural Crítica e Decolonial e Estudos de Gênero e Sexualidade.

As consultas às fontes foram realizadas por meio eletrônico, a partir do Google Acadêmico, que encontrou trabalhos no Scielo.org, entre outros portais científicos e jornalísticos.

Também foi realizada uma pesquisa no Google Acadêmico, no dia 01/08/2022, a partir da seguinte combinação de palavras-chave: "decolonialidade" e "educação". A busca encontrou 66 resultados, sendo 48 artigos em periódicos e 12 livros. A busca foi realizada em trabalhos que continham nos títulos as palavras-chave esperadas. A escolha de buscar nos títulos foi necessária devido à necessidade de filtrar a busca por trabalhos que dessem centralidade do objeto do trabalho. Também realizamos pesquisa com as palavras-chave: “decolonialidade” e “Gênero”. A pesquisa encontrou 4 livros e 23 artigos. Posteriormente, também no Google Acadêmico, foi realizada uma pesquisa com as palavras chaves no título: “Acesso e permanência”. E no corpo do texto: "universidade pública", "educação" e "travestis", que encontrou 14 resultados, sendo 7 livros e 7 artigos. O levantamento bibliográfico e a organização dos escritos foi viabilizada pelo sistema Publish or Perish e pelo “Zotero”.

O acesso e permanência de pessoas trans/travestis na universidade pública

Descoloniza
Quem disse que ser trans me torna passiva?
Que roteiro diz que a feminilidade me torna submissa?
Hierarquia sexo social, que capitaliza até meu jeito de foder.
Indústria do pornô que diz que meu sexo é pra vender.
A única forma permitida de desviar é se for pra gerar lucro,
E me comercializar?
[...]
Para o corpo como objeto simulacro,
desejo de consumo do patriarcado.
Na base do teu sexo social,
o corpo do viado feminino,

se torna invisível e solitário.
O macho branco forte e musculoso tá no topo.
E quando ela é bixa, trans, preta, gorda e pobre:
“joga pra margem, pro esgoto”.
Estamos na base dessa cadeia,
Mas não é por isso que eu abaixo a cabeça.
E nem me peça pra foder.
Sou desejada,
mas só quando ninguém vê.
[...] (EKANT, 2017. p. 93-94).

Nos trechos retirados do poema “Descoloniza”, de Lucifer Ekant, publicado no livro “Antologia Trans: 30 Poetas trans, travestis e não-binários”, refletimos sobre a materialidade e a relevância do ser transexual e travesti na sociedade capitalista ocidental, onde os corpos dissidentes de gênero tendem a ser colocados à deriva e à mercê da exploração sexual, atendendo às demandas do lucro do comércio sexual, à luz (ou obscurantismo) do comércio capitalista, que tem na exploração e na expropriação do resultado do trabalho a produção da riqueza de poucos e da miséria de muitos. Tal sistema é baseado na colonialidade, não oferta ou distribui às populações diversas, oportunidades e direitos humanos básicos, como a educação por exemplo, que poderia desconstruir tal projeto de estrutura social, econômica e política, excludente e hierárquico.

Os Direitos Humanos são os direitos básicos que a pessoa humana necessita para sobreviver e conviver plenamente em sociedade. Então, quando falamos em acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais na universidade pública, estamos falando de direitos estendidos a essa população, que deveriam ser garantidos pelo Estado brasileiro, por meio de políticas públicas, com vistas a reconhecer os diferentes e incluí-los socialmente.

Ao analisarmos os números das estatísticas expostos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) disponibilizados em dossiê, conferimos “[...] que cerca de 0,02% [do público investigado] está na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% concluíram o ensino fundamental” (BENEVIDES, 2021, p.43), mostrando o abismo social e educacional em que essa população está abandonada. Ainda segundo Benevides, 2021, estima-se que a maioria das mulheres travestis e transexuais são expulsas de casa aos 13 anos de idade, ressaltando outro risco social para que ocorra ainda mais evasão escolar, como demonstrada nas estatísticas, a seguir. Portanto, não há como refutar o quão urgente é a necessidade da expansão e do acesso dos direitos sociais e humanos às populações marginalizadas. Vejamos alguns dados estatísticos, do ano de 2021:

O ano de 2021 revelou ainda um aumento de 141% em relação a 2008, o ano que a

ONG Transgender Europe (TGEU) inicia o monitoramento global e que apresentou o número mais baixo de casos relatados, saindo de 58 assassinatos em 2008 para 140 em 2021. De lá para cá, a cada ano, os números se mantêm ainda muito acima quando observamos o dado inicial de análise. Denunciando que, embora as oscilações métricas revelem uma aparente diminuição dos números mapeados por esta pesquisa no ano de 2021, isso não se reflete exatamente em uma queda na violência ou no número dos assassinatos contra pessoas trans em geral, visto que em 2021 o Brasil seguiu sem qualquer ação do estado para enfrentar a violência transfóbica; permaneceu como o que mais assassina pessoa trans do mundo pelo 13º ano consecutivo (TGEU/2021) [...] (BENEVIDES, 2022. p. 31).

Até mesmo em relação ao direito fundamental à vida podemos observar um aumento significativo dos casos de assassinatos e principalmente a continuidade da famigerada liderança brasileira no ranking de violência mundial contra travestis e transexuais, que, em sua maioria, ocorre de forma brutal e contra mulheres travestis negras e pobres.

A “cegueira”, a inércia e a falta de políticas de inserção social do Estado brasileiro, em detrimentos aos acontecimentos no país, legitimam o lócus social de invisibilidade e morte, projetado pelo sistema econômico, social e político vigente, para os grupos dissidentes de gênero. Estima-se que “[...] 95% dos casos nos quais a notícia diz se tratar de ‘homem vestido de mulher é encontrado morto’ se refiram, na verdade, ao assassinato de uma travesti ou mulher transexual, que é noticiado de forma transfóbica” (BENEVIDES, 2022, p. 24-25, grifos do autor). Além disso, é possível inferir que as informações noticiadas são abordadas de forma preconceituosa sobre as vítimas, não respeitando a autodeclaração e os signos que compõem o corpo das vítimas.

Frases como a citada, noticiadas de forma abusiva, “homem vestido de mulher é encontrado morto”, além de desrespeitar a pessoa humana, que é morta, na maioria das vezes, de forma brutal, legitima o abandono, o descaso e a necropolítica para as pessoas transexuais e travestis, que ainda anseiam por um tempo em que possam sentir a paz da liberdade, de poder existir da forma que desejarem e mostrarem-se ao mundo, sem medo de ser quem são.

São muitos os motivos que atravessam a vida social e fazem com que uma pessoa transexual não permaneça no caminho da educação formal, do trabalho formal, da cidadania e das condições mínimas que possam contribuir para o bem estar físico e emocional dos indivíduos em sociedade, visto que a maioria luta pelo básico, o direito à existência, à vida sem preconceitos. No entanto, a vida ainda é o principal direito fundamental a ser alcançado por este grupo social, assim, o que será do direito à educação para os grupos transexuais e travestis? De acordo com Andrade (2012), a partir de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em 2009, sobre o preconceito nas escolas:

Não foi realizada pesquisa sobre transfobia nas escolas, mas, se a homofobia está em segundo lugar de discriminação na citada pesquisa, considero que as travestilidades, por se apresentarem em seus corpos os signos de suas diferenças, devem sofrer maior discriminação, sendo submetidas a enfrentamentos constantes para permanecer na escola (ANDRADE, 2012, p.18).

A partir disto, também podemos observar a forma com que a sociedade brasileira trata os sujeitos que fogem aos padrões cisgênero-heteronormativos (Normativa que define que o padrão seja que o gênero deve condizer com o sexo biológico e que o desejo sexual seja voltado ao sexo/genero contrário).

Segundo Andrade (2012), até o ano de 2011, não se encontravam facilmente pesquisas científicas que tratam do ser dissidente de gênero. Comumente também dentro do ambiente acadêmico, deparamo-nos com pesquisas científicas voltadas às pessoas transgêneras que sobrevivem da prostituição. Segundo a professora transexual Luma de Andrade, que é a primeira transexual doutora no Brasil, que realizou seus estudos em uma Universidade Pública, em entrevista ao G1 Ceará: “Vivemos numa posição que a sociedade nos impõe, à margem de tudo. E temos que quebrar esse paradigma e viver no centro da sociedade e a educação é uma das formas que temos para conseguir”(G1 CE, 2012). As pessoas transexuais são notadamente excluídas da/na educação e, assim, impedidas de alcançar cidadania e de construir uma sociedade mais igualitária, para ultrapassar as barreiras da colonialidade. “As pessoas não acreditam que uma travesti possa conseguir a vida com a educação. A estudante me perguntava: E é possível uma travesti estudar e ser uma doutora? Expliquei a ela que sou exemplo de que pode sim” (G1 CE, 2012). Sendo assim, há uma comum arbitrariedade no ensino em buscar um determinado tipo de atitude/comportamento amparados em padrões hegemônicos e conservadores. Esses conceitos atravessam a vida educacional de pessoas transgêneras dissidentes da educação brasileira. Pensando a escola como um lugar reprodutor da cultura, as discriminações comuns também estão presentes tornando os espaços de ensino muitas vezes hostis e inóspitos para esses grupos, com “chistes” e atitudes que inferiorizam e desmoralizam as condições de seus corpos, podendo levar estudantes à patologias, como a depressão.

Vejamos o relato de Maria Clara, a primeira estudante transexual do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE):

Eu não via na instituição da escola tudo aquilo que havia sido difundido para mim, que a escola nos aceita, que é um espaço de convivência, de criar laços, de crescer e formar o humano. Mas, ao compreender que a escola forma o humano, talvez [possamos entender que] a escola também construa essa não humanidade, a partir do momento em que ela nega certas demandas para certos corpos, por exemplo cotas raciais, nome social e banheiro para pessoas trans e travestis. Era muito complicado para mim me sentir

minimamente digna no ambiente escolar, quando minhas demandas não eram vistas como demandas legítimas, que tinham relação com minha permanência dentro daquele ambiente. Acabei meu terceiro ano com muito suor e com depressão (OEEMG, 2020, on-line).

Dessa forma, o espaço educacional, onde deveria haver oportunidades para a construção da humanização e do respeito, para o avanço civilizatório, a ausência de políticas públicas para a reparação histórica dos corpos travestis e transexuais, principalmente, se pobres e pretos, acaba por reafirmar a violência social imposta pelo patriarcado na manutenção do mecanismo cultural que hierarquiza e define os lugares para os corpos na sociedade capitalista, negando o direito ao exercício da cidadania a esses.

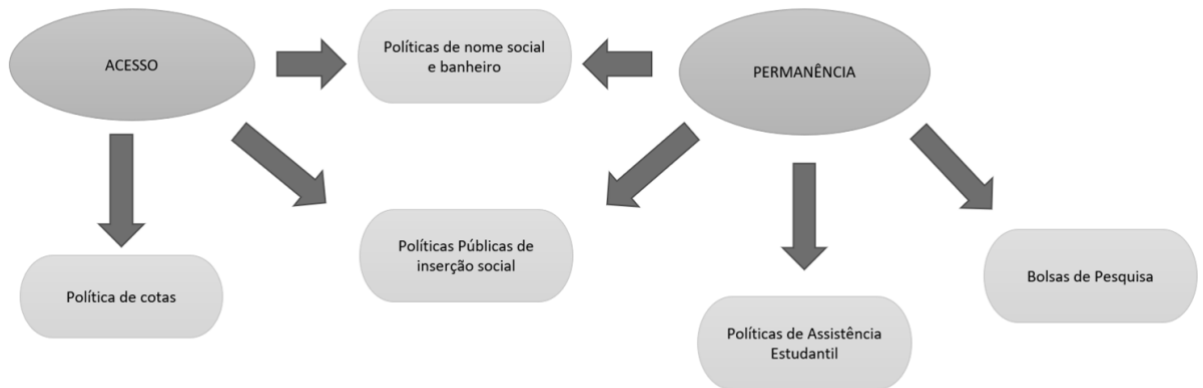
Como ferramenta de controle social do sistema capitalista de organização social, política e econômica, observamos que o “[...] o patriarcado se baseia no horror e no medo, atitude/sentimento que formam um círculo vicioso” (SAFFIOTI, 2004, p. 121), para impor, por meio das violências morais, psicológicas e físicas, a exclusão dos corpos que fogem à lógica cisgênero-heteronormatividade nos espaços sociais da educação.

Assim, a realidade comina que os corpos dissidentes dos padrões sejam proibidos de pertencer e de participar da sociedade, por não contarem com aceitação e acolhimento nas principais demandas do sistema e do ambiente educacional, como cotas e outras ações afirmativas, para o acesso ao Ensino Superior, por exemplo, com permanência, êxito e da oferta de condições que neutralizem a exclusão e a violência física, psicológica e social dos indivíduos colocados historicamente à sociedade.

No Brasil, segundo pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (ITBE), em 2018, as Universidade Públicas que já possuíam cotas para travestis e transexuais são: Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Mato Grosso(UFMT); Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). (UNIBANCO, s.d.). Portanto, apenas 11 universidades públicas brasileiras utilizavam as cotas como meio de reparação história e política de acesso para as populações travestis e transexuais. Assim, como as cotas se comprovaram como política de acesso, devemos também reiterar a necessidade de políticas de assistência estudantil, para a permanência e êxito dos grupos marginalizados.

Algumas questões pertinentes à discussão estão listadas na figura a seguir (Figura 1), a partir da qual podemos considerar como prioritárias às necessidades, quanto às especificidades dessa população marginalizada. Para alcançarmos a universalização dos direitos de acesso e da permanência das pessoas travestis e transexuais na universidade pública:

Figura 1 - Medidas de Acesso e Permanência para travestis e transexuais na Universidade Pública.



Fonte: elaboração própria.

Há, portanto, necessidade de políticas públicas de inserção social, para mais acesso à moradia universitária, alimentação e saúde, por exemplo, para que o cidadão e a cidadã transexual e travesti permaneçam ou sejam reinseridas no processo educacional. Por isso, tratamos aqui dessas ações afirmativas como forma de proporcionar o mínimo das condições para o bem estar físico e emocional desses sujeitos, para alcançarem o direito à educação, de modo a avançarmos o processo civilizatório, com a oferta da educação formal efetiva, para a ascensão social dos grupos marginalizados em uma sociedade dividida em classes.

Só a partir do respeito à diversidade e com a promoção de políticas públicas de favorecimento à vida com inclusão social será possível diminuir a evasão, ao longo da educação básica, pelos grupos marginalizados, para que cheguem ao Ensino Superior. Da mesma forma, é necessário que o Estado garanta acesso às ações afirmativas e aos direitos sociais às crianças e aos adolescentes dissidentes de gênero já excluídas socialmente do processo de escolarização, para que possam ser reinseridas na perspectiva da dívida histórica e da justiça para o futuro.

Além disso, uma vez constatado que parcela dessa população foi forçada a abandonar os lares - expulsa de casa ainda jovem - e não teve outra oportunidade, além da comercialização dos seus corpos, tidos como estranhos, às vistas da sociedade e exóticos/sexuais nos lugares de sombras e escondidos das vistas da sociedade, a política de cotas nas universidades passa a ser

um dos principais meios na garantia do acesso a pessoas em risco de evasão da universidade pública, até que seja corrigido o abismo socioeconômico e a marginalização dos grupos de diversidade de gênero, estabelecendo uma melhor equidade de oportunidades entre os indivíduos que ao longo do processo educativo foram sendo excluídas. O termo equidade, aqui, firma-se no sentido de levar as oportunidades de acordo com as necessidades das especificidades de cada cidadão e cidadã, para a reparação histórica dos prejuízos sociais acumulados por essa população excluída socialmente e abandonada pelo Estado ao longo do tempo.

A política de nome social e a política de banheiros, assim como as políticas de inserção social já citadas, podemos considerá-las como política de permanência, já que são demandas específicas do grupo de travestis e transexuais, para alcançarem a universidade e conseguirem frequentá-la (ARAÚJO, 2021), uma vez que essas pessoas necessitam da afirmação e da proteção da liberdade humana de autodefinirem com os gêneros em que se identificam e se constroem.

A assistência estudantil é o mecanismo que pode garantir o direito à educação de qualidade, pois contribui, por meio de auxílios financeiros, alimentação, transporte e saúde. No caso da assistência à saúde dos travestis e transexuais há as especificidades de estarmos tratando de sujeitos que passam pelo processo de transição hormonal (que é a troca dos hormônios sexuais dominantes, por interferência medicamentosa, cujo acompanhamento médico e psicológico é imprescindível), que, sendo de baixa renda, não contam com condições de se tratarem e alcançarem condições físicas e psicológicas para estudarem, sem essa assistência.

Em relação às bolsas de pesquisa, assim como às de assistência estudantil, a implementação facilitará o desempenho acadêmico, não só para essas populações específicas, mas para toda população de baixa renda, para a superação das impossibilidades sociais impostas pela sociedade capitalista (SANTOS; FREITAS, 2014).

Como considerações finais temos a constar que o acesso do público travesti e transexual à Educação é ínfimo em todos os níveis, principalmente no Ensino Superior. Uma vida sem sustentação familiar e social, como é comum a eles, principalmente aqueles de baixa renda, afasta-os do horizonte das oportunidades que podem ser alcançadas pelo cumprimento do processo de escolarização. Por isso, essas populações passam a viver o abandono do poder público e as mazelas sociais, devido à condição de gênero, sobrevivendo em realidades degradadas da sociedade.

Contra isso temos as lutas que ainda estão sendo travadas e em disputa por essas populações contra a hegemonia da uma ideologia de determinação e padronização dos corpos.

Do ponto de vista curricular poderemos alertar sobre a necessidade do currículo orientar uma mudança ética no ensino, com a prática da educação crítica e decolonial, para a reflexão acerca dos direitos das populações contra-hegemônicas, de forma ética e respeitosa, com vistas a reverter as práticas de exclusão, inferiorização e subalternização impostas pela sociedade ocidental eurocêntrica, heteronormativa e colonial. Só assim será possível a escola e a universidade pública efetivamente acolherem a pluralidade dos sujeitos sociais, de forma a disseminar o sentimento ético de respeito, acolhimento e pertencimento, sem distinção de gênero, mas também, em consequência, sem distinção sexual, étnica, religiosa, de geração, de padrões estéticos, etc., já que tais sentimentos éticos são inclusivos.

Sendo assim, são ainda necessárias implementações de políticas públicas, como as políticas de cotas em todas as Universidades Públicas, para a população travesti e transexual, como meio de levar os grupos atingidos pela marginalização social ser contemplado por ações afirmativas que passam pela “democratização dos direitos humanos”, com valores multiculturais de acesso e permanência coletivos no Ensino Superior.

E, para além da necessidade das cotas sociais específicas para a população travesti e transexual na Universidade Pública, também nos cabe, enquanto professoras(os) e pesquisadoras(os), a reflexão e o questionamento sobre a efetivação das ações afirmativas implementadas e (as que vierem a ser) por políticas públicas para o acesso das camadas sociais mais empobrecidas e abandonadas em todos os níveis da educação.

Referências

- AGÊNCIA SENADO. **Pesquisas apontam que milhares de mortes por covid poderiam ter sido evitadas no Brasil**. Brasília, 24 de junho de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ARAÚJO, Maria Clara. Entrevista concedida a Nátaí Neri. [S.l.:s.n.], 2019. 1 vídeo (11 min). Disponível em: <https://youtu.be/nVYxqZnlkVI>. Acesso em: 15 out. 2021.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (org.). **Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTR, 2021.
- BENEVIDES, Bruna G. (org.). **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

- CANDAUI, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Rev. Bras. Educ**, Rio de Janeiro, v.13, n.37, jan./abr., 2008.
- CANDAUI, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar., 2012.
- CANDAUI, Vera Maria. Diferenças, Educação Intercultural e Decolonialidade: Temas Insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**. João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686, dez., 2020.
- G1 CE. **Minha conquista serve de exemplo, diz 1ª travesti doutora do Brasil**. G1 CE, Ceará, 20 agosto 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/minha-conquista-serve-de-exemplo-diz-1-travesti-doutora-do-brasil.html>. Acesso em: 08 ago. 2022.
- OEEMG - Observatório de Educação Ensino Médio e Gestão. A experiência das pessoas trans na educação. Instituto Unibanco. [2020]. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/a-experiencia-das-pessoas-trans-e-travestis-na-educacao>. Acesso em: 15 out. 2021.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. Fundação Perseu: São Paulo, 2004, p. 151. (Coleção Brasil Urgente).
- SANTOS, Gabrielle dos; FREITAS, Leana Oliveira. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. **Argumentum**. Vitória, v. 6, n.2, p. 182-200, jul./dez. 2014.
- EKANT, Lucifer. Descoloniza. *In*: AUTORIA COLETIVA. **Antologia Trans: 30 Poetas trans, travestis e não-binários**. Invisíveis Produções. 1º Ed. São Paulo, 2017, p.112.

SOBRE O/AS AUTOR/AS

Isis Valentina Inácio Borges. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE/UFTM. Professora de História na rede pública estadual da educação básica de Minas Gerais. Membro do Laboratório de Estudos de História Agrária, Afro-brasileira e Movimentos Sociais e do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação EDUCA/UFTM. Contribuição de autoria: escrita e revisão - <https://lattes.cnpq.br/6051043344079208>

José Lucas Pedreira Bueno. Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFTM. Doutorado em Engenharia de Produção pela UFSC. Líder do Grupo de Pesquisa EDUCA/UNIR. Contribuição de autoria: escrita - <https://lattes.cnpq.br/0805268924348920>

Como citar este artigo

BORGES, Isis Valentina Inácio; BUENO, José Lucas Pedreira. Travestis e transexuais nas universidades públicas: reflexões sobre o acesso e a permanência no ensino superior no Brasil. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19 n. 50, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.12044